

DINÂMICA DOS PARQUES URBANOS DE FORTALEZA-CE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARQUE RIO BRANCO

Anna Erika Ferreira Lima

Licenciada e Bacharel em Geografia – UFC,
Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente –
RODEMA-UFC.

Professora do Curso de Saneamento Ambiental – IFCE-
Campus Limoeiro do Norte

Rua: João Sorongo, Bairro: Jardim América, 201-A,
CEP: 60416-000, Fortaleza – CE.

annaerika@ifce.edu.br

Nayara Maria Moura Rocha

Licenciada e Bacharel em Geografia – UFC,
Mestra em Geografia – MAG-UECE.

Analista do Ministério da Integração Nacional - Brasília.

CSA 2, Lote 1/11. Ap 902. Ed Cristina. Taguatinga Sul-
Taguatinga, CEP: 72015-905 Brasília, DF.

nayarageoufc@yahoo.com.br

RESUMO

Esta pesquisa analisa as funções e os usos de um dos parques urbanos da cidade de Fortaleza na tentativa de compreender e evidenciar as práticas, as ações e as transformações ocorridas no espaço público. O Parque Rio Branco, situado no bairro Joaquim Távora, foi construído, em 1992, e passou por modificações, graças à ativa participação da comunidade. Nossa preocupação foi relacionar os aspectos teóricos aos empíricos a fim de revelar como a teoria se aproxima da realidade cotidiana. Para tanto, realizamos observações sistemáticas no parque, entrevistas e aplicação de questionários. A coleta de dados e o trabalho de campo foram realizados entre os meses de maio e dezembro de 2008. Na primeira seção deste artigo, apresentamos a situação dos parques urbanos de Fortaleza. Em seguida, evidenciamos o histórico da criação, o cotidiano, as atividades, a gestão e os conflitos que envolvem o Parque Rio Branco. Constatamos que na atualidade apesar da atenção que a atual gestão municipal vem dando ao parque, ainda persistem problemas e conflitos de usos em seu interior. Por isso, seus usuários reclamam por melhorias para que o parque possa atrair um número ainda maior de frequentadores.

Palavras-Chave: Espaço Público, Parque Urbano, Parque Rio Branco.

ABSTRACT

This research analyzes the functions and uses of one of the urban parks in the city of Fortaleza in the attempt to understand and to evidence the practices, the actions and the transformations happened in the public space. The Rio Branco Park, located in the

neighborhood Joaquim Távora, was built in 1992 and went by modifications because of the community's active participation. Our concern was to relate the theoretical aspects to the empirical ones, in order to reveal how the theory approaches the daily reality. For so much, we accomplished systematic observations, interviews and application of questionnaires at the park. The collection of data and the field work were accomplished between the months of May and December of 2008. In the first section of this article, we presented the situation of the urban parks of Fortaleza. Next, we highlight the history of the creation, the daily, the activities, the administration and the conflicts involving the Rio Branco Park. We verified that, at the present time, in spite of the attention that the current municipal administration is giving to the park, the problems and conflicts of uses within it still remain. Therefore, the park users request improvements so that the park can attract a larger number of visitors.

Keywords: Public Space, City Park, Rio Branco Park.

1. INTRODUÇÃO

Com o processo de evolução e organização das sociedades ocidentais, as cidades foram ganhando novas formas e funções que conferiram às áreas urbanas uma dinâmica própria. A partir de meados do século XVIII e por todo século XIX, com o advento e expansão da Revolução Industrial Inglesa, as cidades passaram a ser os pólos principais de concentração populacional e de atividades econômicas.

O crescimento das cidades, oriundo do aumento da produtividade industrial não foi acompanhado de planejamento urbano adequado, fato que deu origem a problemas ambientais urbanos em cidades europeias. As primeiras cidades industriais apresentavam inúmeros problemas como superpopulação, poluição dos mananciais e a difusão de epidemias. O Movimento Higienista, com seu ideal de salubridade, começou a pensar, naquele momento, em formas de tornar o ambiente urbano, saudável (NIEMEYER, 2002)[1].

Foi nesse contexto que os parques urbanos públicos surgiram nas cidades da Europa. Eles foram idealizados como construções arquitetônicas para atender à demanda por lazer, bem como para amenizar a poluição das cidades.

No Brasil, oficialmente, foi no final do século XVIII e início do XIX que surgiram os primeiros parques urbanos. Vale destacar que estes não foram criados com as mesmas intenções dos parques urbanos europeus, pois a realidade brasileira daquele período era bem distinta. Aqui os parques surgiram como espaços para o deleite das elites locais. O Passeio Público do Rio de Janeiro foi o primeiro parque urbano construído no Brasil. Sua construção data de 1783 (MACEDO E SAKATA, 2002) [2].

A presença, a forma, a situação e a manutenção dos parques urbanos, nas cidades contemporâneas, possui relação direta com a dinâmica de evolução da relação sociedade e espaço. À medida que as cidades foram se desenvolvendo os parques urbanos passaram a assumir novas funções. Em algumas áreas das cidades, eles são valorizados, mas em outras, sofrem com a ação

dos vândalos e com o esquecimento dos gestores públicos.

Apenas 2,35% da área total da cidade de Fortaleza são formados por praças, parques e pólos de lazer (FORTALEZA, 2004)[3]. Com o passar dos anos, esses espaços públicos, que compõem o patrimônio da cidade, foram se deteriorando em virtude da expansão urbana, desordenada, da escassez de investimentos públicos e da ação de vândalos que, por sua vez, contribuem para que esses bens públicos se encontrem degradados, sujos, mal iluminados e inseguros. Deste modo, os fortalezenses são prejudicados no usufruto de tais logradouros. Essa deterioração ainda se demonstra pelo uso inadequado de tais áreas, muitas das quais cedidas ilegalmente a particular que em alguns casos se apropriam para a implantação de instituições, associações, estabelecimentos comerciais e outras atividades. Há também os casos em que pessoas de baixa renda ocuparam de maneira irregular essas áreas.

Neste contexto, os parques urbanos estão no centro da problemática que envolve os espaços públicos. A preocupação com a conservação, revitalização e divulgação dos parques como espaços urbanos, públicos, de lazer, recantos para contemplação da natureza, para manifestações culturais, artísticas e esportivas é pertinente, uma vez que essa atitude favorece o desenvolvimento de práticas saudáveis e cidadãs. Deste modo, a presente pesquisa teve como objetivo analisar as funções e o uso de um dos parques urbanos da cidade, a saber: o Parque Rio Branco, situado no bairro Joaquim Távora, na tentativa de compreender e evidenciar as práticas, as ações e as transformações ocorridas neste espaço público, desde o período de sua construção, até os dias atuais.

Para alcançar tais objetivos resgatamos a história do parque, identificamos os atores sociais que participam da dinâmica cotidiana, caracterizamos os equipamentos de lazer e recreação existentes em seu interior, analisamos a percepção e o nível de envolvimento de uma parcela de usuários deste espaço público e tentamos compreender a função social que este espaço desempenha na cidade de Fortaleza.

Nesta perspectiva, o presente estudo pretende contribuir para o conhecimento da atual dinâmica dos espaços públicos, em especial dos parques urbanos de Fortaleza e discutir a relevância social e ambiental que estes – quando conservados – podem propiciar à população local.

Os conceitos que fundamentaram nossa pesquisa foram: espaço público, parques urbanos e lugar. Nossa preocupação foi relacionar os aspectos teóricos aos empíricos, para revelar como a teoria se aproxima da realidade cotidiana. Vale ressaltar, que a pesquisa teve natureza quali-quantitativa. Para tanto, realizamos observações sistemáticas no parque, entrevistas com atores importantes na gestão do parque e aplicamos um questionário com trinta usuários. A coleta de dados e o trabalho de campo foram realizados entre os meses de maio a dezembro de 2008.

2. PARQUES URBANOS PÚBLICOS DE FORTALEZA

A cidade de Fortaleza projetou-se com maior expressão, na hierarquia urbana cearense, a partir da segunda metade do século XIX. Tal fato deu-se em particular, com a intensificação

das exportações de algodão que trouxe maior dinamismo para o comércio e para a acumulação de capitais, suscitando melhorias nos serviços urbanos locais e inserindo a cidade na divisão internacional do trabalho como exportadora de matérias-primas (SOUZA, 2005) [4].

Na segunda metade do século XX, Fortaleza vivenciou acelerado crescimento demográfico – fenômeno decorrente, sobretudo, das migrações rural-urbanas. Entre as décadas de 1950 e 1960, houve um crescimento intercensitário de 90,5%, quando a população de Fortaleza passou de 270.169, em 1950, para 514.813 em 1960 (SOUZA, 2005)[4]. O ritmo de instalação dos serviços urbanos e de infra-estrutura não acompanhou o crescimento demográfico da cidade, resultando, daí, uma cidade com deficiências estruturais e com graves desigualdades expressas no espaço urbano (COSTA, 2005)[5].

Na atualidade, Fortaleza desponta no cenário nacional como metrópole de elevado potencial turístico, embora, ao mesmo tempo, seja marcada por grandes desigualdades sociais e carente de ambientes destinados à sociabilidade de seus habitantes. Tal fato deve-se, notadamente, ao crescimento acelerado e desordenado que a cidade conheceu nas últimas décadas, juntamente às opções de planejamento e o destino dos recursos públicos. Nesse aspecto, ao longo dos anos, os moradores de Fortaleza têm estabelecido diferentes relações com tais espaços urbanos, em particular com os parques. Para Silva (2005)[6]

A cidade viu-se ocupada, de forma desordenada, por enormes edifícios, alterando sua fisionomia urbana. A expansão da cidade não foi controlada. O desrespeito à legislação permitiu uma espécie de vale tudo (p.5).

Ao analisarmos as práticas sociais nesses espaços em Fortaleza, percebemos que, no final do século XIX e início do século XX, tais locais se consubstanciavam em ambientes valorizados pela elite local, sendo destinados a passeios, lazer e recreação .

Com o passar do tempo sua renovação ultrapassou o mero afornoseamento. Eles foram se reestruturando, ganhando novas funções e novos freqüentadores, sendo ordenados quanto à circulação e uso mediante o estabelecimento de novas regras de convívio e de utilização desses espaços públicos (PONTE, 1993)[7].

Sob a égide dos poderes públicos, a implantação de parques, em Fortaleza, intensificou-se no século XX especialmente a partir do final da década de 1970. O Plano Diretor Físico de Fortaleza estabeleceu a Zona Especial de Proteção (ZE1) com a função de implantar parques públicos na cidade. Eles teriam o objetivo de proteger as margens dos recursos hídricos, garantir a drenagem natural das águas pluviais e propiciar áreas de lazer público, a fim de contribuir com a melhoria da qualidade de vida na cidade (FORTALEZA, 2004)[3].

Essa lei possibilitou a construção de um conjunto de parques públicos, dentre estes o Parque da Lagoa do Opaia, no bairro Vila União e o Parque Adahil Barreto, no bairro São João do

¹ A Titulo de exemplo temos, que: no Passeio Público – situado no atual Centro Histórico durante o final do século XIX e início do século XX, ocorria uma separação natural das classes sociais em cada pavimento desse espaço, ou seja, o primeiro plano, mais refinado, era palco para o deleite da elite (PONTE, 1993)[7].(É citação? Ta escrita assim?)

Tauape. Este compreende a área inicial do atual Parque Ecológico do Cocó, instalado no início da década de 1980. Posteriormente, foram construídos os parques Parreão no bairro de Fátima, Rio Branco no bairro Joaquim Távora e Pajeú no centro de Fortaleza.

Conforme a Lei 7.061 de 16 de janeiro de 1992 (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza)[8] os parques públicos são conceituados como áreas livres de uso comum, que se destinam ao público em geral. Os Artigos 104 e 107 da Lei Orgânica do Município de Fortaleza[9] os definem como bens públicos municipais de uso comum do povo e proíbem as doações, permutas, vendas, locações ou concessões de uso de qualquer fração de suas áreas. Sendo admitida apenas a permissão de uso de pequenos espaços destinados à venda de jornais, revistas, artesanatos ou lanches e as concessões de uso somente podem ser outorgadas à entidades assistenciais sem fins lucrativos, para implantação de equipamentos comunitários.

De acordo com o capítulo sobre Meio Ambiente no art. 224, inciso XVII)[9] desta mesma lei, cabe ao município criar parques, reservas ecológicas, áreas de proteção ambiental e outras unidades de conservação e mantê-los sob especial proteção, dotando-os da infraestrutura indispensável a suas finalidades. No projeto de Lei do Plano Diretor de Fortaleza[8] o zelo pela posse, pela manutenção e conservação dos ambientes públicos é defendido como uma diretriz do capítulo de Política de Terras Públicas. A ampliação, conservação, fiscalização, monitoramento, manejo e gestão democrática dos sistemas ambientais, das áreas verdes, públicas, também aparecem como diretrizes na política de Meio Ambiente do Município, pois eles são entendidos como patrimônios públicos.

Apesar de serem vistos como patrimônio público e considerados de relevante interesse ecológico, esses espaços não se encontram organizados de forma a facilitar sua gestão, manutenção e ampliação. Não existe um sistema estruturado de gestão dos parques públicos municipais. Tal gestão é realizada de maneira descentralizada e envolve a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano (SEMAM) a Empresa de Limpeza e Urbanização (EMLURB), as Secretarias Executivas Regionais (SER) e a Secretaria de Esporte e Lazer de Fortaleza (SECEL).

A célula de planejamento ambiental da SEMAM é responsável pela promoção da recuperação de áreas degradadas e pelo desenvolvimento de estudos, programas e projetos para os parques. Nesta Secretaria, são elaborados diagnósticos técnicos e projetos que abrangem o levantamento das características naturais e sociais destes espaços e definem os principais fatores de degradação ambiental e apresentam as propostas de manejo sustentável para essas áreas. É também a SEMAM que administra o Fundo de Defesa do Meio Ambiente (FUNDEMA). Uma parte dos recursos desse Fundo é reservada para a elaboração de planos, programas e projetos para áreas verdes, parques e praças.

A EMLURB é responsável pela manutenção e limpeza dos parques. As Secretarias Regionais, em seus Distritos de Infraestrutura e Meio Ambiente, elaboram os projetos arquitetônicos de construção e reforma daqueles que estão sob suas gerências.

A SECEL promove atividades esportivas e de lazer no interior de alguns parques da cidade. Tais atividades baseiam-se no

artigo 320 da Lei Orgânica[9]. Segundo este artigo, o lazer é considerado uma forma de promoção, por meio da qual o poder público deve desenvolver, incentivar e favorecer atividades individuais ou em grupo, visando à humanização da vida na metrópole.

A gestão dos parques de Fortaleza é segmentada e descentralizada; isto, muitas vezes, sobrepõe as atribuições dos órgãos e impede maior eficácia da gestão. Em outras cidades brasileiras, existem secretarias próprias para administração dos parques que se responsabilizam pela gestão integral, como é o caso de Curitiba e Brasília.

A Lei Orgânica Municipal (artigo 112)[9] indica que a administração das áreas verdes, equipamentos de uso público (praças e parques) e unidades de conservação podem ser feitas com a participação da comunidade. Assim, verificamos que a gestão dos parques pode ser feita em parceria com a população, isto infelizmente, não ocorre em Fortaleza. Em alguns bairros existem organizações que lutam pela manutenção e por melhorias dos parques, mas não participam de sua gestão oficial.

2.1. DISTRIBUIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

Fortaleza está subdividida em seis áreas administrativas denominadas de Secretarias Executivas Regionais.

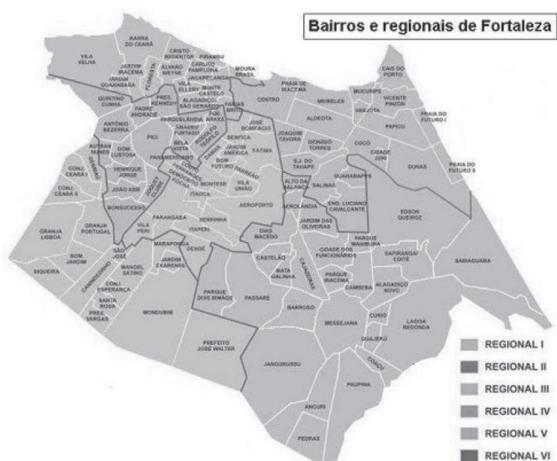


Figura 1 – Bairros e Regionais de Fortaleza

Fonte: PMF, (2008).

Conforme a Síntese Diagnóstica do Município de Fortaleza (2004)[3] a Regional IV possui o menor índice de áreas públicas de lazer, apenas 47 ha de logradouros, enquanto a Regional II destaca-se por ser a que possui o maior número, mais especificamente 217,94 ha. Nela situa-se a maior parte dos parques da cidade.

Atualmente, em Fortaleza, existem onze parques urbanos: nove que foram criados e são de responsabilidade da administração municipal e dois que foram criados pelo governo estadual. O quadro abaixo, elaborado com informações da SEMAM, apresenta a localização, a área e o ano de criação dos parques municipais.

DINÂMICA DOS PARQUES URBANOS DE FORTALEZA-CE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARQUE RIO BRANCO

NOME	SER	LOCALIZAÇÃO	ÁREA	CRIAÇÃO
PÓLO DE LAZER DA SARGENTO HERMÍNIO	I	Av. Sargento Hermínio – Alagadiço/São Geraldo	39.259, 53 m ²	Decreto Nº 4630/76 de 30/01/1976 – Declaração de Utilidade Pública para desapropriação e destina como Zona de Preservação Paisagística.
PARQUE PAJEÚ	II	Entre Av. Dom Manuel e Rua Pinto Madeira – Centro	15.335 m ²	Decreto Nº 5565/80 de 24/04/1980 – Declaração de Utilidade pública para Desapropriação
PARQUE DA LIBERDADE	II	Entre a Rua Pedro Pereira e Solon Pinheiro – Centro	27.672, 20 m ²	Decreto Nº 84 de 21/10/1948 (DOM 4391)
PARQUE ADAHIL BARRETO	II	Rua Mal. Virgílio Borba com Rua Vicente Leite – São João do Tauape	137.10 3, 27 m ²	Decreto Nº 4852 de 29/03/1977 – Declaração de Utilidade Pública para Desapropriação. Decreto Nº 5754/83 de 11/11/83 - Denominação
PARQUE RIO BRANCO	II	Av. Pontes Vieira com rua Gustavo Braga – Joaqui Távora – São João do Tauape	75.825 m ²	Decreto Nº 8960 de 06/11/1992 – Declaração de utilidade pública para desapropriação e denominação e Nº 10789 de 16/06/2000 – Declaração de utilidade pública para desapropriação (ampliação)
PARQUE PARREÃO	IV	Av. Borges de Melo e Av. Eduardo Girão - Fátima	31.582 m ²	Decreto Nº 8890 de 25/08/1992 – Declaração de utilidade pública para desapropriação e denominação
LAGOA DO OPAIA	IV	Av. Lauro Vieira Chaves – Aeroporto	159.37 9 m ²	Declaração Nº 3172 de 10/02/1969 e 5640 de 14/08/1980 – Declaração de utilidade pública para desapropriação
HORTO MUNICIPAL FALCONETE FIALHO	VI	Av. dos Poaras – Passaré	174.89 3 m ²	Decreto Nº 3652 de 11/10/1965 e Nº 4904 de 13/07/1977 – Declaração de Utilidade Pública para Desapropriação
PARQUE MUNICIPAL DAS DUNAS DE SABIA-GUABA	VI	Estrada da Sabiaguaba	467.60 hec	Decreto Nº 11.987 de 20/02/2006

Quadro 1 - Parques da Cidade de Fortaleza.

Fonte: Fortaleza, 2002

Como vemos, os parques concentram-se na zona leste da cidade (Regional II), onde se localizam os bairros com maiores índices de Desenvolvimento Humano (IDH-Bairros) e os principais estabelecimentos comerciais e empresas da cidade (FORTALEZA, 2002)[10]. Observa-se que, nesses bairros, os parques tornam-se lugares atrativos. Nesta área destacam-se o parque Adahil Barreto e o Parque do Cocó.

A valorização ocasionada pelos parques em algumas áreas das cidades é discutida por Serpa (2003 p. 12)[11] para este autor:

[...] o espaço público dentro da sociedade assimilou, a partir de seu valor de uso, a característica de valor de troca. Os espaços públicos, como parques urbanos, por exemplo, agregam valor a empreendimentos imobiliários, a empresas, etc. Desse fato emergem processos segregacionistas, pois nem todos os espaços públicos possuem igual valor de troca, o que promove um maior distanciamento entre os espaços mais valorizados e aqueles menos valorizados, relação que em algumas cidades ainda responde à oposição entre as áreas centrais e as periféricas.

Alguns parques das áreas centrais de Fortaleza são tidos como fatores positivos e contribuem com a valorização do seu entorno, enquanto outros, periféricos, como o parque da Lagoa do Opaia, ainda não geram o mesmo resultado. São nítidas as diferenças entre o estado de conservação e frequentadores dos parques dessas áreas. Em alguns existem equipamentos de lazer em bom estado de conservação como guaritas com vigias e policiais, atividades de educação ambiental, trilhas e equipamentos de ginástica que valorizam estes espaços. No caso do parque Adahil Barreto, em especial, a empresa Unimed firmou, em agosto de 2008, uma parceria com a Prefeitura para promover melhoramentos no parque. Essa realidade não ocorre nas áreas periféricas da cidade, que muitas vezes sequer possuem áreas amplas de preservação e lazer. Nas Regionais III e VI, parques inexistem.

Conforme a geógrafa Vanda Claudino Sales, em palestra proferida durante o seminário de Áreas Verdes de Fortaleza, realizado em novembro de 2007, o município de Fortaleza dispõe de apenas 1,7% de seu território compreendido por áreas verdes. Nesta contagem incluem-se os parques. Isso corresponde apenas a cerca de 3m² de área verde por habitante. A Organização Mundial de Saúde recomenda 12m² de área verde por habitante (SIMONETTI, 2005)[12]. A geógrafa ainda explicitou que os parques da cidade não têm suas delimitações respeitadas e muitos não tiveram ainda seus terrenos desapropriados.

O projeto *Domingo no Parque*, inaugurado em 2005 pela prefeitura municipal, vem alterando, aos poucos, a dinâmica dos parques da cidade. Gradativamente, os localizados na periferia de Fortaleza que estavam completamente esquecidos, vêm sendo alvo de manifestações atraentes para a população que antes possuía pouca ou nenhuma identificação com esses lugares.

Este projeto tem sido importante porque vem lançando um olhar positivo sobre esses ambientes, de tal forma que até hoje intensifica sua programação durante o período das férias. Há out-

ras atividades que visam movimentar os parques são a Ginástica na Comunidade e o projeto Espaço Oriental da SECEL.

A gestão municipal, atual, vem promovendo esforços para atenuar os problemas existentes nos parques públicos, contudo as ações são pontuais, concentradas no tempo e no espaço. disto se deduz que Fortaleza ainda não dispõe de uma política contínua e eficiente, capaz de dotar esses logradouros de segurança e boas condições de infraestrutura que proporcione ao cidadão fortalezense o direito de circular e usufruir as amenidades que os parques urbanos podem oferecer.

3. PARQUE RIO BRANCO

3.1. ASPECTOS HISTÓRICOS

A origem do Parque Rio Branco, remonta a acontecimentos ocorridos na década de 1970. Em fevereiro de 1976, com a publicação no Diário Oficial do Município de Fortaleza (DOM), do Decreto Municipal nº 4628 de 30 de janeiro de 1976 [13], foi considerada como de utilidade pública para fins de desapropriação e destinada à Zona de Preservação Paisagística ZE3 o local da nascente do Riacho Rio Branco.

Este decreto ficou popularmente conhecido como o marco da criação do Parque Rio Branco; entretanto, somente em 1992, mediante o Decreto Municipal nº 8960 de 6 de novembro de 1992[14] publicado no DOM em 16 de Novembro de 1992 é que a área foi considerada de utilidade pública para preservação, foi desapropriada e nela autorizada a construção desse espaço, a partir de projeto elaborado pela EMLURB.



Figura 2- Imagem de Satélite do Parque Rio Branco.

Fonte: Google Earth, 2008.

O Parque localiza-se no bairro Joaquim Távora, no quadriângulo formado pelas ruas Pontes Vieira, Visconde do Rio Branco, Capitão Gustavo e Castro Alves. Segundo a Lei Municipal nº 7.893 de maio de 1996[15], o Parque Rio Branco é uma área de proteção do município de Fortaleza.

No passado, o terreno correspondia a quintais de residências e sítios, onde eram desenvolvidas atividades de criação de gado e horticultura. Nesta área existiam três riachos que foram

canalizados. Além de residências existia no entorno do parque uma indústria de moagem e torrefação de café (Café WalCan), além de pequenos estabelecimentos comerciais, postos de gasolina, serrarias, igrejas, oficinas mecânicas e outras atividades comerciais que ainda permanecem (COSTA, 2000)[16].

Com a área de 75.750 m², teve seu projeto original elaborado pela Emlurb. Nele constava a construção de quatro quadras de tênis, campo de futebol Society, quadra polivalente, restaurante, duas quadras de voleibol, playground, circuito de caminhada, estacionamentos e praças junto aos acessos de suas entradas. Mas o projeto original não foi completamente executado. Em 1998, a partir de pesquisa realizada pelo Movimento Proparque, os moradores dos bairros Joaquim Távora, São João do Tauape e Fátima fizeram algumas sugestões que foram incluídas na proposta de reforma iniciada em 2000.

Em 16 junho de 2000, o decreto nº 10.789 determinou a ampliação da área do parque (COSTA, 2000)[14]; entretanto o Movimento Proparque afirma que este decreto não foi cumprido e durante a reforma ocorrida em 2000 houve, na verdade, uma redução da área, pois terrenos da Avenida Visconde do Rio Branco e da rua Castro Alves foram excluídos dos limites originais do parque.

Em fevereiro de 2005, foi criada pela prefeita municipal uma comissão para propor um novo projeto de recuperação e revitalização para o parque. Esta comissão foi composta por membros da SEMAM, Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC) Movimento Proparque, EMLURB e SER II.

Em 2006, o Distrito de Infraestrutura e o Distrito de Meio Ambiente da SER II apresentaram à Comissão de recuperação do parque um projeto de revitalização. Segundo os membros do Movimento Proparque, neste projeto existiam sugestões que não condiziam com a realidade física, nem com as demandas dos usuários do parque, por isso o projeto só foi aprovado após um ano de discussões e negociações com a comunidade.

A Figura 3 apresenta pessoas fazendo caminhada no início da manhã no Parque Rio Branco.



Figura 3 – Parque Rio Branco.

Fonte: Rocha, 2008.

O projeto de revitalização foi aprovado na audiência pública de março de 2006. Foi concluído e entregue à população em 2008. Na verdade, este projeto pode ser considerado ainda como

a complementação da construção do parque, considerando que o projeto original nunca foi totalmente finalizado.

O Parque é uma Área de Proteção Permanente (APP) e o Movimento Proparque luta para transformá-lo em uma unidade de conservação, integrada ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) o que o transformaria em parque natural e traria investimento para o local. Eles também reivindicam a regularização do parque e um plano de manejo.

3.2. O MOVIMENTO PROPARQUE: A LUTA PELA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Nos *lócus* urbanos, grande parcela da sociedade não tem acesso aos serviços à elas disponibilizados, como: saúde, habitação, educação e praças e parques dignos de ser frequentados. Destarte, alguns desses logradouros (praças e parques) acabam por se constituir em espaços públicos de lazer somente na forma da lei pois não oferecem condições mínimas para os usuários.

Tentar reverter este quadro em um dos parques da capital cearense foi uma das razões da criação do Movimento Proparque. A organização não governamental Movimento Proparque Rio Branco foi criada como associação civil em novembro de 1995 por seis moradores que residem no entorno do Parque Rio Branco. Naquele período o parque estava abandonado pelas autoridades e havia se tornado um local para despejo de entulhos. O lugar também abrigava moradias precárias construídas de maneira irregular e ainda era alvo da ação de especuladores que se diziam donos de porções do logradouro.

Naquele momento, os moradores insatisfeitos com o desamparo do bem público vislumbraram, na criação da organização, uma possibilidade de conseguir melhorar a situação do Rio Branco. A missão do movimento é denunciar aos órgãos públicos competentes as agressões verificadas, propor ações de melhorias e ajudar o poder público a cuidar deste bem comunitário.

O Movimento realiza diversas atividades que visam a dinamizar o parque. *O Luau no parque, as Manhãs Verdes, as Festas da Vida e os Passeios Ecológicos* são alguns dos projetos realizados pela entidade. O Movimento não tem fins lucrativos nem possui um capital de giro para realização dos projetos; por isto, realiza parcerias para conseguir executar suas ações.

Em pesquisa de campo junto a 30 usuários do Rio Branco, constatamos que 57% dos entrevistados conheciam o Movimento Proparque, fato que revelou a força do trabalho e das ações deste grupo; entretanto também foi significativa a parcela dos que o desconheciam: 43% dos entrevistados. Isto revela que alguns usuários entrevistados visitam o parque com frequência, mas desconhecem as ações do movimento.

Atualmente o Movimento Proparque reivindica uma gestão compartilhada para que, no processo de elaboração e execução das atividades no logradouro, esta organização, como representante da comunidade, possa contribuir oficialmente para a administração do espaço, dividindo responsabilidades e trabal-

hando para a valorização do lugar. A organização propõe que, juntamente com um gerente oficial seja nomeado um gerente da comunidade pela prefeitura.

Entendemos que a população deve sentir-se parte na construção da cidade e por isso deve reivindicar e utilizar os espaços públicos para que a vida pública e a cidadania se desenvolvam solidariamente. Neste aspecto, as ações do Movimento Proparque têm-se mostrado uma forma de garantir a permanência deste ambiente na cidade, pois a organização dos atores sociais revela o reconhecimento da importância desse espaço para Fortaleza, a consciência ambiental e o zelo pelo que é público.

3.3. FUNÇÕES E USOS

No parque são realizadas atividades lúdicas, educacionais, ambientais e esportivas que visam à melhoria da qualidade de vida e a ampliação de socialização dos frequentadores. Estas atividades são realizadas tanto pela gestão municipal como pela ONG Movimento Proparque Rio Branco.

Dentre as atividades que ocorrem com regularidade, no parque, está o projeto *Crescer com Arte* da FUNCI. Esta unidade funciona no parque desde 2003 e atende a cerca de setenta crianças e adolescentes. Desde 2006, o Cine Clube é a principal proposta desta unidade da FUNCI. Segundo a coordenadora do projeto, as crianças gostam de estar em contato com a natureza e adoram o parque. Apesar de alguns episódios de violência já terem ocorrido na sede da FUNCI, a entidade ainda permanece no parque.

O parque também é usado como ponto de apoio da Zona Geradora de Lixo (ZGL) 5 e 6. Este ponto é administrado pela EMLURB e funciona no Parque desde 2001. Nele, é realizada a divisão das equipes de varrição que trabalham nos bairros da SER II. Conforme o auxiliar do gerente da ZGL, trabalhar no parque não é bom em razão da insegurança. Ele nos relatou que o prédio e os funcionários da EMLURB já haviam sido vítimas de assaltos que, juntamente com os arrombamentos, são freqüentes na sede da ZGL. A presença dos vigias, policiais e guardas municipais não inibe a ação dos bandidos.

De acordo com os funcionários da EMLURB, o ponto de apoio da ZGL será transferido para o Ginásio Paulo Sarasate e o prédio possivelmente será ocupado por um posto da Polícia Militar. Ainda segundo funcionários, a existência de quatro entradas no parque, bem como do “mato próximo ao riacho”, favorece a ação dos bandidos: “os ladrões têm facilidade para entrar no parque e se esconder.” Outra situação que prejudica a manutenção do parque é a existência de vizinhos que tentam apropriadose de porções dessa área, não respeitando a área pública e ainda lançando esgotos clandestinos no riacho Rio Branco.

A atividade que concentra o maior número de usuários do parques é o Tai Chi-Chuan. Esta é uma modalidade de atividade física que une exercícios de ginástica e relaxamento. O Tai Chi Chuan é oferecido pela prefeitura desde 2006 e realizado em dois horários, pela manhã: 6h30min e 7h30min. Ele está dentro do Programa Espaço Oriental, realizado pela SECEL. Em cada

¹Em novembro de 2007 o prédio da Funci foi arrombado e um dos funcionários foi assaltado. Após este episódio os funcionários pensaram em sair do parque, porém com a posterior adoção de medidas de segurança (alarme e segurança privada) no prédio, eles decidiram permanecer no lugar.

turma há uma média de 50 participantes, dos quais a maioria dos que praticam Tai Chi é formada por senhoras da terceira idade.

Outra atividade realizada com regularidade, no parque, é futebol. Ocorre praticamente, todos os dias, no final da tarde, à noite e aos finais de semana.

3.4. O PARQUE COMO LUGAR: A PERCEPÇÃO DOS USUÁRIOS DO PARQUE.

Nossas observações, entrevistas e questionários realizados junto aos usuários do Rio Banco revelaram aspectos comuns aos demais parques da cidade e, ao mesmo tempo, mostraram singularidades que envolvem o cotidiano específico deste parque.

As relações estabelecidas entre alguns frequentadores e principalmente entre os integrantes do Movimento Proparque com o Parque Rio Branco apontam para o entendimento deste como um espaço onde as pessoas se identificam e o conhecem bem. De acordo com Yi - Fu Tuan (1983, p. 151)[17] “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Ainda segundo esse autor (*op.cit*, p.6) “o espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Neste aspecto, um espaço torna-se familiar, quando ele tem significado, quando adquirimos por ele certa afeição e assim podemos chamá-lo de lugar.

Durante nosso trabalho de campo, sentimos esta realidade nos depoimentos.

- 93% dos entrevistados afirmaram gostar de ir ao parque (28 dos 30 participantes) enquanto 7% revelaram não gostar de ir ao local.

- 100% dos entrevistados revelaram sentir-se bem no parque. Convém ressaltar que, apesar dos usuários responderam que se sentiam bem no parque, em suas respostas eles sempre mencionavam que poderiam sentir-se ainda melhor se o parque fosse mais bem cuidado e tivesse mais segurança. 73% dos entrevistados afirmaram freqüentar o parque há mais de 1 ano.

Vale destacar, que a maioria dos 73% disse frequentar o parque há mais de 10 anos, outros falaram que frequentam o parque desde sua criação. Somente uma pessoa afirmou estar visitando o parque pela primeira vez.

57% dos informantes disseram que frequentam o parque diariamente, fato que revela a afeição pelo lugar.

Constatamos que a maioria dos usuários entrevistados gosta de ir ao parque e se sente bem neste lugar. Os dados revelam que a maioria o frequenta diariamente, há vários anos. Para esses, o Rio Branco caracteriza-se como lugar de referência e por isto eles desejam que o parque se torne ainda mais aprazível.

A maioria dos usuários vai ao parque principalmente para fazer caminhada no período da manhã. Alguns usuários afirmaram que fazem tanto caminhadas como os exercícios do Tai-Chi-Chuan. Muitos também vão ao parque encontrar amigos e conversar. Ao mesmo tempo, existem as pessoas que vão somente desfrutar a sombra das árvores e contemplar a natureza. Outros ainda têm o parque apenas como local de passagem. É comum ver-se também pessoas acompanhando idosos e crian-

ças em banhos de sol. Há ainda, crianças que andam de bicicleta e brincam na sombra das árvores. Além disto, existem pessoas que vão ao parque colher mudas de plantas.

Lá conhecemos uma artesã de 75 anos. Ela vende seus crochês no parque, há cerca de dois anos. Única vendedora (pois não é comum se ver ambulantes no parque), destaca-se como um personagem de evidência no cotidiano do parque Rio Branco. Seu depoimento revela uma relação de afinidade com o lugar:

Onde tem árvore tem alegria de vida. Aqui é tranquilo. Se pudesse eu passaria o dia aqui. É muito bom, é uma beleza. Encontro amigos e, às vezes, só o simples bom dia das pessoas que caminham já me renova. Antes aqui tava entregue às baratas e era mais perigoso [...] Aqui tenho meu banco de preferência e venho todas as segundas, quartas e sextas pela manhã e trago meu bordado. (Artesã, 75 Anos)

A seguir, algumas falas que destacam a opinião dos usuários acerca da importância e das relações dos usuários com o parque, suas vivências e os problemas existentes.

- *O parque é importante porque é uma área de lazer, com teatro e área verde, apesar disso precisa melhorar. (Usuária 1, 41 anos, moradora do bairro Joaquim Távora).*

- *Ainda falta muita coisa para melhorar, a segurança é pouca, mas para mim a importância do parque é que ele é um espaço para prática de esporte e atividades de lazer. (Usuária 2, 35 anos, moradora do bairro Joaquim Távora).*

- *Aqui era para ser um cartão postal de Fortaleza. Do jeito que vai essa reforma nunca acaba, está muito ruim. Tem muita coisa que ainda está só no papel. (Usuário 3, 49 anos, morador do bairro Joaquim Távora).*

- *O parque é um lugar maravilhoso, não quero que ele desapareça. Aqui nós ficamos em contato direto com a natureza. (Usuária 4, moradora do bairro de Fátima).*

- *Vejo o parque como um lugar essencial, principalmente para saúde e entretenimento das pessoas de mais idade (Usuária 5, 54 anos, moradora do bairro São João do Taupe).*

- *Aqui é muito bom pela arborização, pela tranquilidade. Estamos precisando de mais áreas verdes como essa. Aqui é um pulmão verde. Aqui é uma área que ameniza a poluição da cidade. Aqui é uma Amazônia para Fortaleza. (Usuário 6, 53 anos, morador do bairro Montese).*

- *O parque é importante para Fortaleza porque é um lugar de encontro de pessoas que vêm trocar ideias e também extravasar as tensões. Quando tinha a favela era muito ruim, hoje está melhor. Usuário 7).*

- Para mim, aqui é um lugar de muita felicidade e saúde. Venho para cá, caminho, trago meu cachorro, converso com gente, me sinto viva. Esse lugar é maravilhoso! Já ouvi falar que vem gente aqui desde 5:00 horas da manhã para caminhar. Então é um lugar importante e frequentado. (Usuária 8, 78 anos, moradora do bairro São João do Tauape).

- Aqui é um pulmão, lugar onde se pode respirar ar puro. Não tem poluição, fumaça, barulho, sujeira. Por isso deve ser mais bem preservado. (Usuária 9, moradora do bairro de Fátima).

- É importante para as pessoas virem aqui, passear um pedaço, fazer caminhada e se distrair. Antes eu não vinha porque tinha fama de violento, mas agora está começando a melhorar. (Usuária 10, 40 anos, moradora do bairro Joaquim Távora).

- É importante como uma área de lazer, uma área de passatempo, uma área fundamental. Antes eu não frequentava porque a prostituição, os marginais, a bala e a maconha corriam soltas. Por isso eu só ia ao Adahil Barreto, mas hoje com a reforma e a polícia dando umas voltas por aqui, a coisa está melhorando e as pessoas de bem estão começando a andar por aqui. (Usuário 11, 63 anos, morador do bairro Joaquim Távora).

- Venho caminhar no parque e acho aqui um lugar bom, importante, por isso é preciso fazer a reforma e também fiscalizar para manter, colocando mais vigias. Porque se não, não vai adiantar de nada, os marginais vão vir fumar maconha e depois vão quebrar tudo. (Usuário 12, 58 anos, morador do bairro Pio XII).

- É um lugar que já esteve bem pior, abandonado mesmo, entregue às baratas. Hoje está melhor, para pessoas da minha idade que precisam se movimentar e andar. Do contrário ficam aleijadas. É bom que esse espaço permaneça. É um lugar perto de casa, um lugar público importante. (Usuário 13, 77 anos, morador do bairro São João do Tauape).

- A importância daqui é que o parque significa mais lazer para o povo. Aqui tem espaço para fazer muita coisa boa para sociedade. Eu acho que deveria ter até uma escola aqui para tirar as crianças da rua e dar oportunidades. (Usuário 14, aposentado, morador do bairro Água Fria).

- É uma área bonita, só está faltando conservação. Poderia até ser um ponto turístico, porque é bem localizado. No entanto faltam ainda mais segurança e fiscalização. (Usuária 15, 59 anos, moradora do bairro Joaquim Távora).

Aos poucos, a paisagem do parque vai se transformando e atraindo um maior número de frequentadores. Ir a este ambiente de lazer significa encontrar um espaço público que passa por transformações, com vistas a se tornar um lugar ainda

mais bonito e agradável para seus usuários e visitantes. Este é o desejo de todos aqueles que lutam para que ele seja conhecido e utilizado por todos os fortalezenses. Todos acreditam que se houvesse uma política de valorização e qualificação dessa área verde, ela se tornaria um ponto turístico alternativo para realização de mais atividades, atingindo um público ainda mais expressivo.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DINÂMICA DO PARQUE RIO BRANCO (FORTALEZA/CE)

Com o objetivo de atender às necessidades de lazer das elites locais, os parques na cidade de Fortaleza têm seu surgimento no final do século XIX. Posteriormente, com o avanço das discussões em torno da problemática ambiental e as demandas por equipamentos públicos para população em geral no final do século XX, estes espaços públicos assumem novas funções e usos. Hoje, os parques compatibilizam as funções de preservação ambiental, assim como funcionam como espaços para a prática de atividades físicas, relaxamento e contemplação da natureza.

Ao longo de sua existência o parque Rio Branco, desempenha estas funções, servindo também como espaço para apresentações culturais e desenvolvimento de programas sociais. Alguns usuários e moradores da vizinhança consideram o parque como lugar de estabelecimento de relações afetivas, de encontros de amigos e de lazer. Por esta razão afirmam que o parque deve ser mantido e valorizado por todos.

Além disto, em virtude de o parque não ser fechado e não haver vigilância noturna, suficiente, é utilizado por traficantes e usuários de entorpecentes que circulam livremente, principalmente após as 19 horas. Este fato já foi amplamente denunciado pelo Movimento Proparque em seus comunicados aos órgãos competentes, mas as autoridades ainda não solucionaram o problema. Tal realidade contribui para a construção de uma imagem negativa dessa área, principalmente em relação ao período da noite. No início de agosto de 2009 houve um homicídio no parque. Alguns entrevistados falaram que, à noite, o perigo se instala no parque e, por isto, evitam transitar pelo mesmo neste turno.

Apesar disto, verifica-se que o parque Rio Branco passa por transformações desde a década de 1990, frutos da mobilização popular, protagonizada pelo Movimento Proparque, que se considera vitorioso por ter conquistado várias melhorias; entretanto tais conquistas ainda não foram suficientes para concluir a reforma total do parque e torná-lo um espaço mais dinâmico, repleto de atividades para a população e seguro em todos os horários.

Neste contexto, ao estudarmos o parque Rio Branco percebemos que este espaço público congrega diferentes usuários, conflitos e alguns contrastes, ao mesmo tempo em que atrai e concentra uma população passiva e qualificada que anseia usufruir os benefícios de ambientes urbanos como espaço de lazer e contemplação. Ele também afasta outros usuários em potencial, em virtude da fama de espaço apropriado por gangues e usuários de drogas. Deste modo, verificamos que existem diferentes territorialidades que se instalaram no parque conforme os horários

e dias da semana.

Por conseguinte, entendemos que o Rio Branco destaca-se na cidade por ser uma das poucas áreas verdes de lazer de Fortaleza que está deixando de ser encarada como um depósito de entulho, lixo e pasto para animais para se consolidar como importante área de socialização e lazer, principalmente para os moradores do bairro Joaquim Távora e adjacências que o freqüentam, principalmente nos horários nobres da manhã e da tarde.

5. REFERÊNCIAS

- [1] NIEMEYER, Carlos Augusto da Costa. Parques infantis de São Paulo: lazer como experiências de cidadania. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2002.
- [2] MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques urbanos no Brasil = Brazilian urban parks. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- [3] FORTALEZA. Síntese diagnóstica do município de Fortaleza / 2004. Disponível em: <<http://www.seinf.fortaleza.ce.gov.br/>>. Acesso em: 1 junho 2005.
- [4] SOUZA, Maria Salete de. Ceará bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzacchello; Cavalcante, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs). Ceará: um novo olhar geográfico: Fundação Demócrito Rocha, p.13 - 31, 2005.
- [5] COSTA, Maria Clélia Lustosa. Fortaleza: expansão urbana e organização do espaço. In: SILVA, José Borzacchello; Cavalcante, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (Orgs). Ceará: um novo olhar geográfico. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.
- [6] SILVA, José Borzacchello da. Fortaleza que te quero verde. O Povo, Fortaleza, 15 set. 2005.
- [7] PONTE, Sebastião Rogério. Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1993.
- [8] FORTALEZA, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU-FOR. Fortaleza: Instituto de Planejamento do Município, 1992.
- [9] _____, Lei Orgânica do Município de Fortaleza. Disponível em: <http://www.cmfor.ce.gov.br/imprensa/lorg.html>. Acesso em 10 de agosto de 2008.
- [10] FORTALEZA, Índices de Desenvolvimento Humano Municipal de Fortaleza por Bairros -IDHM - B. Fortaleza, Secretaria Municipal de Planejamento e Orçamento - SEPLA, 2002.
- [11] SERPA, A. S. P. Apropriação social versus requalificação dos parques e praças na capital baiana. In: Panoramas Urbanos: Reflexões sobre a cidade; Milton Esteves Júnior & Urpi Montoya Uriarte. Salvador. EDUFBA, 2003.
- [12] SIMONETTI, Eliana. Inteligência solidária. Revista Desafios do Desenvolvimento. IPEA/PNUD. Disponível em:<<http://desafios2.ipea.gov.br/desafios/edicoes/24/artigo22661-1.php>> Acesso em 30 de setembro de 2008.
- [13] Decreto Municipal nº 4628 de 30 de janeiro de 1976.
- [14] Decreto Municipal de nº 8960 de 6 de novembro de 1992.
- [15] Lei Municipal nº 7.893 de maio de 1996.
- [16] COSTA, Ademir da Silva. As atividades Econômicas e a Deterioração Ambiental: o caso do Parque Rio Branco em Fortaleza. Monografia Apresentada ao Curso de Especialização para Jornalistas, CAEN.UFC, Fortaleza, 2000.
- [17] TUAN, Yi-Fu. Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL,1983.